



## Compilar para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército

Francisco José Corrêa Martins\*

### Resumo

Com mais de 3.700 mapas, a mapoteca do Arquivo Histórico do Exército (AHEx) reúne uma produção cartográfica que vai do século XVI ao XX, com enfoque especial para o território brasileiro, sendo isso um reflexo de suas origens e objetivos primordiais, pois fora criado para ser um lugar “onde se reunão [sic], e conservem todos os Mappas, e cartas, tanto das Costas, como do interior do Brazil”, como se lê em seu decreto de criação, lavrado em 07 de abril de 1808, e assinado por D. João, Príncipe Regente de Portugal. Em seus primórdios, o “Real Archivo Militar” recebeu grande parte da documentação cartográfica trazida pela Família Real portuguesa quando de sua transmigração para o Brasil e que, mesmo após o retorno do monarca português para Lisboa em 1821, com a restauração administrativa naquela capital, uma importante parcela das cartas trazidas aqui permaneceu, acervo este que a tornou uma das principais mapotecas existentes, em âmbito mundial, no que tange ao Brasil Colonial. Assim, neste trabalho objetivamos apresentar alguns documentos cartográficos de síntese, a saber, o mapa relativo às Américas, extraído da *Cosmographia*, de Sebastian Münster, o “Mapa Da maior parte Da Costa e Sertão, do Brazil”, baseado em um original do Padre Jacobo Cocleo e a *Nova Lusitania*, de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, pertencentes ao acervo do AHEx<sup>1</sup>, relativos às terras do Brasil, compilados a partir de trabalhos de maior escala, tanto por cartógrafos a serviço de Portugal como de outras nações, e que visaram reunir um conjunto de informações, fosse em relação ao interior da colônia portuguesa como

**1** As imagens constantes deste estudo foram feitas pelo autor, que recebeu autorização para uso específico neste trabalho. Portanto, é expressamente vedada a utilização das imagens dos mapas e carta aqui expostos sem a autorização e o recolhimento dos direitos de imagem ao Arquivo Histórico do Exército. A não observância do acima exposto acarretará sanções penais e pecuniárias aos infratores.

\* Doutorando em História Social – PPGHS – DH – USP e Chefe da Divisão de História e Acesso à Informação – Arquivo Histórico do Exército (AHEx – EB – MD) - ahex\_divhist@dep.ensino.eb.br





em relação às suas costas. Informações estas que forneciam ao soberano e à administração real condições, por exemplo, para melhor aquilatar a extensão dos domínios territoriais coloniais, permitindo um melhor conhecimento do espaço geográfico ocupado.

*Palavras-chave:* Arquivo Histórico, acervo cartográfico, Mapa Nova Lusitânia.

## 1 – Apresentação

Nos dias atuais, somos diariamente expostos à quantidades crescentes de informações que, normalmente, temos dificuldade em compreender e empregar. Muitas vezes buscamos correlacioná-las a determinados objetos de interesse, com o intuito de um uso futuro e, quanto ao mais, descartamos por não o podermos utilizar.

Mas nem sempre foi assim. Houve momentos em que os dados eram poucos e o conhecimento, de circulação restrita. Além da própria deficiência (ou inexistência) do que hoje chamamos de meios de comunicação, existiam políticas estatais que limitavam o acesso às informações. E essa ação estatal se fazia sentir na cartografia.

Como ferramenta de conhecimento e informação, a cartografia e seus produtos foram alvos de um controle cerrado durante um longo período, o que não impedia que, vez por outra, surgissem mapas que, muitas vezes, podiam ser produtos de uma exploração séria ou simples suposições nascidas da imaginação do gravador.

Deste modo, podemos afirmar que, como outros produtos culturais e mesmo tecnológicos, os documentos cartográficos são produtos do seu tempo, geralmente refletindo as concepções e conhecimentos então existentes, e fixando um determinado nível de informação, e produzido com finalidade específica.

No tocante ao mapeamento do território colonial brasileiro, houve tanto a tentativa de estabelecer-se uma visão abrangente, e com pequeno grau de detalhamento, ao mesmo tempo em que determinadas regiões foi objeto de levantamentos de maior detalhe<sup>2</sup>. E tais empreendimentos tiveram

<sup>2</sup> Como exemplos desses mapeamentos de detalhe temos, entre outros, aqueles relativos às regiões auríferas, as chamadas “Minas Gerais”, as cartas referentes à Colônia do Sacramento ou ainda os levantamentos relativos às demarcações de limites, realizados no século XVIII.





o concurso tanto de pessoas com poucos conhecimentos da ciência cartográfica como também de indivíduos com a devida preparação acadêmico-científica para o desempenho de suas tarefas.

Para este trabalho, optamos em selecionar três documentos cartográficos da Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército, reunidos ao longo de mais de dois séculos de sua existência. Isto porque a apresentação de maior número de exemplares, igualmente interessantes e importantes, talvez viesse a fugir ao nosso intento, que é o de mostrar o trabalho de reunião, de compilação e síntese que, dependendo do autor e sua equipe, transcendem a cópia, tornando-se um novo documento cartográfico.

Desta forma, buscamos estabelecer um quadro histórico geral da época, apresentando o autor e sua obra, permitindo a compreensão de suas ligações e as correlações com o documento de sua lavra avaliado, descrito com detalhe, para então tecermos nossas considerações sobre os mesmos.

## 2 – “O Novo Mundo”, na visão de Sebastian Münster (154?-157?)

O início do século XVI é um momento de grandes mudanças na Europa. Além do processo da expansão ultramarina e comercial, o monopólio da Igreja Católica passou a ser questionado, desencadeando um novo ciclo de conflitos, em que o inimigo não era mais o infiel muçulmano, mas hereges europeus dissidentes, que atendiam pelo nome de protestantes. Foi nesse ambiente conflituoso que Sebastian Münster, um ex-franciscano, nascido em 1488 no eleitorado de Mainz (atual Alemanha) e que se tornara luterano, inicialmente desenvolvera estudos sobre hebraico e aramaico, lecionando em Tübingen e Heidelberg. Por volta de 1526, sem abandonar seus estudos gramáticos e lexicográficos, interessou-se pela cosmografia, sendo que pouco depois, mudou-se para a Basiléia (Suíça) e, aprofundando seus estudos sobre a obra de Claudio Ptolomeu fez publicar, em 1540, uma edição latina da *Geographia* daquele autor, juntando a ela vários desenhos de sua própria autoria. Após essa experiência, e contando com um suporte financeiro adequado, viajou pelos estados alemães e cercanias, reunindo tudo o que havia de mais moderno, em termos de mapas, sobre as diversas partes do mundo conhecido então (BURMEISTER, 1993: 407). Deste modo, em 1544 foi pu-





blicada em alemão a obra que o consagraria na cartografia, *Cosmographia*<sup>3</sup>.

Composta de 6 volumes, a obra de Münster seria publicada em outras línguas, ultrapassando o número de 30 edições<sup>4</sup>, o que, em se tratando de uma obra não religiosa, mostra sua repercussão na época<sup>5</sup>. Reunia, no primeiro volume, informações gerais sobre astronomia, geografia física, matemática e cartografia. Os outros volumes traziam seus mapas, que abarcavam tanto os territórios como as cidades que ele julgou dever cartografar, além de informações gerais sobre as regiões representadas. Desses, os volumes 2, 3 e 4 são dedicados à Europa; o sexto volume a África e o quinto, a Ásia e as Américas. É, pois, desse volume, de onde saiu o documento que ora analisamos (Figura 1).

O mapa<sup>6</sup>, impresso em folha dupla, com dimensões de 29 x 36,5 cm e oriundo de uma edição germânica, embora mostre uma ilustração pouco fiel ao território americano, consoante às precárias informações da época, traz alguns dados já então conhecidos. Se as porções norte<sup>7</sup> e central pouca semelhança têm com a realidade, a parte sul, por outro lado, embora de forma tosca, já traz uma idéia próxima da configuração da América do Sul. No aspecto toponímico, encontramos, ao centro, Cuba, *Hispaniola*, *Iamica*, *Domínica*, entre outros, região na qual foi desenhado, desfraldado, o estan-

**3** O título completo da obra é: *Cosmographia. Beschreibug aller Lender Durch Sebastianum Munsterum in welcher begriffen, Aller völker, Herrschafften, Stetten, vnd namhafftiger flecken herkommen: Sitten, gebreüch, ordnung, glauben, secten, vnd hantierung, durch die ganze welt, vnd fürnnehmlich Teütscher nation. Was auch besonders in iedem landt gefunden, vnd darin bescheben sey. Alles mit figuren vnd schönen landt tafeln erklert, vnd for augen gestelt* (LOPES, 1999: 290). A primeira edição foi feita na Basileia, cidade onde então vivia e viria a morrer de peste em 1552, sem abandonar seus estudos linguísticos. Sua projeção é tamanha na cultura alemã, com uma elevada produção bibliográfica que, desde 1961 sua efígie estampou a nota de 100 marcos alemães (BURMEISTER, 1993: 408-409), até o início da circulação do Euro na Alemanha, em 2002.

**4** Até onde pudemos verificar, as 28 edições feitas entre os anos de 1544 e 1578 (Pritchett, 2009) foram, de fato, reimpressões, com a variante de que alguns exemplares foram coloridos à mão, como é o caso do mapa ora em estudo.

**5** Como todo cartógrafo daqueles tempos, Sebastian Münster também tinha uma equipe de artefices ao seu serviço. Uma ligeira nota sobre ela está disponível em <http://www.vortecpan.com/vortecpanmunster.htm#editions>

**6** A imagem do mesmo mapa, disponível para uso irrestrito, está em [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map\\_of\\_America\\_by\\_Sebastian\\_Munster.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_of_America_by_Sebastian_Munster.JPG)

**7** Na porção representativa da América do Norte aparece “Terra florida” (região da península da Flórida), e uma grande área com o nome de “Francisca”, indicando também a presença francesa na região oriental do atual Canadá.





arte espanhol, lembrando a posse daquela coroa sobre aqueles territórios, consequência direta do tratado de Tordesilhas, assinado com Portugal ainda no século xv.



Figura 1 – “O Novo Mundo”, folha dupla da *Cosmographia*, de Sebastian Münster, V. 5, edição em alemão (1542-1557?), impresso em papel, colorido à mão, 29 x 36,5cm. AHEX

Para o sul, vemos a legenda maiúscula *Die Nüw Welt*<sup>8</sup> e, em tamanho menor, referências ao Brasil e à América. O estandarte português das cinco quinas também está presente, junto à margem oriental da mancha cartográfica. Ele está desfraldado na altura do Saliente Nordestino brasileiro, onde a equipe de Münster desenhou uma ilustração que reúne árvores em uma posição triangular e, a direita há uma cabeça que olha o litoral e, a esquerda, uma perna direita inteira pendurada. Se a idéia que imagem queria passar, de que aquele território da América, Brasília, havia seres sorrateiros, que habitavam as florestas, e eram antropófagos não fosse entendida, não restaria dúvida ao consulente se ele lesse a palavra colocada logo acima e à

<sup>8</sup> *Die Neue Welt*, O Novo Mundo. Foi utilizada, neste mapa, a língua germânica, esta grafada com caracteres góticos, bem como o latim.





esquerda daquelas imagens, *Canibali*.

Entre os equívocos que podemos apontar nesta representação feita pela equipe do cartógrafo germânico, está a proximidade exagerada do que seria a Ásia em relação à costa oeste da América do Norte, bem como o Japão (*Zipangri*) colocado praticamente às costas do atual México. E a ilustração da embarcação que singra o *Mare pacificum* lembra os navios hanseáticos medievais, de velas quadradas, e não as naus de alto bordo e velame variado, que se tornariam essenciais para cruzar os espaços oceânicos. Foi também a obra de Münster que tornou popular no imaginário europeu a existência, nas novas terras descobertas e pouco conhecidas, de seres mitológicos como os homens-lobo, os seres de duas cabeças ou dos ciclopes.

### **3 – O território do Brasil, a partir de uma visão de Jacques Cocle, um padre “pré-matemático” (16?? – 17??)**

No seio do Estado português, a educação, em especial do que chamamos hoje de primeiros segmentos, não era encargo da administração real, mas sim dos religiosos das mais diversas irmandades religiosas. Portanto, além do papel da catequese e conversão dos gentios das novas possessões ultramarinas lusitanas, cabia aos religiosos a educação tanto dos filhos dos colonos, como dos curumins na novel colônia americana. Isso fica patente na chegada do primeiro governador-geral, Tomé de Souza, que trouxe, além da primeira força militar terrestre portuguesa para atuar no Brasil, um contingente de jesuítas liderados pelo Padre Manoel da Nóbrega, que fundaram o primeiro colégio jesuíta no ano de sua chegada, em 1549, na cidade do Salvador, Bahia. Assim, por pouco mais de dois séculos, os jesuítas dominaram o ensino no Brasil colonial.

Os sacerdotes da Companhia de Jesus procuraram, ao longo do tempo, estabelecer cursos de nível mais alto. Assim, em 1572, foi criado na então capital da colônia, o primeiro curso de “Artes”, onde se estudava, entre outras matérias, física e matemática. Dezenas de inicianos ali lecionaram, além de realizarem o trabalho de evangelização dos indígenas, entre eles o francês Jacques Cocle ou, de forma aportuguesada, Jacobo Cocleo (SILVA, 1998: 2).

Nascido em 1628, o Padre Cocleo, segundo SILVA (1998: 4), atuou como professor de matemática primeiramente em Portugal, em 1660, sendo





enviado ao Brasil, naquela época, como cartógrafo. São raras as referências sobre esse personagem, mas Claudio de Britto Reis (apud OLIVEIRA, 2009) fez referência à sua atuação catequética no interior da Bahia, em 1672, e MOURÃO (1999) cita-o como o astrônomo que descobriu o cometa Jacob, “uma hora antes do nascer-do-Sol em 27 de outubro de 1695, na Baía de Todos os Santos”, e que é referido por outro jesuíta, o Padre Antonio Vieira, que também era astrônomo, no sermão “Voz de Deus ao mundo, a Portugal e à Bahia”, escrito no mesmo ano da observação.

Assim, em meio as suas atividades como pregador, professor e astrônomo, o Padre Jacques Cocleo confeccionou um documento cartográfico que, segundo RENGER & MACHADO (2005), foi produzido em data “posterior a 1699, pois constam as *Minas achadas em 1699*, junto às cabeceiras do *Rio Paraigpeba* (Paraopeba). Provavelmente é de 1700, pois D. Rodrigo da Costa, governador da Bahia entre 1702 – 1708, menciona em carta de 29 de julho de 1704, que seu antecessor, D. João de Lencastre (1690 – 1702), tem este mapa.”

Foi com base nessa carta, obra do jesuíta francês, que se produziu o mapa ora analisado, o “Mapa Da maior parte Da Costa e Sertão, do Brazil. Extraído do original do P.<sup>c</sup> .Cocleo.” (Figura 2). Além do título, apresenta três escalas, em *Legoas Portugz<sup>as</sup>*, “18 por grão”; *Legoas Ispanicas*, “17 por grão” e *Legoas Francezas*, “20 por grão”; bem como convenções relativas a catedrais, igrejas e capelas, fazendas e caminhos, nessa ordem de prioridade, e mede 120,5 x 224 cm.



**Figura 2** – “Mapa Da maior parte Da Costa e Sertão, do Brazil. Extraído do original do Pe .Cocleo.”, autor(es) desconhecido(s), (172?), manuscrito, colorido à mão, com legenda, 120,5 x 224 cm. AHEx



De acordo com RENGER & MACHADO (2005), “a escala é de aproximadamente 1:1.480.000, sendo a projeção do tipo Mercator”. A mancha cartográfica estende-se, *grosso modo*, entre 334° e 349° de longitude, referidos a partir do meridiano da margem ocidental da Ilha do Ferro<sup>9</sup>, e entre os paralelos de 2° a 30° de latitude sul, ambas com divisão de 1°, mas sem a malha reticular. Possui uma Rosa dos Rumos centrada em 15°30’S e 346°30’ (O. do meridiano da Ilha do Ferro). Note-se que não há indicação de data, nem de seu autor.

Do ponto de vista cartográfico, as representações são incipientes, notadamente no que tange às elevações. Por outro lado, apresenta acidentes geográficos como rios, lagoas e brejos, tal como o “Rio de S. Franc.º” e a “Lagoa feia”; acidentes conhecidos com o Monte Pascoal, além de informações que hoje chamamos de etnográficas, como a localização de diversas tribos indígenas. Apesar de suas deficiências e estado de conservação precário do exemplar, tanto MORAES (2005), como RENGER & MACHADO (2005) reconhecem sua importância como uma síntese de informações do final do século XVII e início do XVIII, e que COSTA (2005: 64) caracterizou como o encerramento da “Cartografia Sertanista”, da qual seria o maior exemplo.

Contudo, acreditamos que se trata, de fato, de um produto autônomo em relação ao que o Padre Jacobo Cocleo produziu. O primeiro ponto surge em relação à observação que se encontra após seu título, pois ali encontramos a expressão “Extraído do original do P.<sup>e</sup> Cocleo.” E o título traz “Mapa Da maior parte Da Costa e Sertão, do Brazil”. Portanto, ele não retrata nem toda a costa e nem todo o sertão do território brasileiro. Embora um dos significados da palavra extrair seja copiar, outro é o de selecionar, e tanto extrair como copiar já estavam dicionarizadas no século XVIII. Discordamos, pois, tanto de MORAES (2005), como RENGER & MACHADO (2005) que reputam como “cópia” o mapa ora em exame.

Naquele momento, o meridiano de Tordesilhas, fronteira legal estabelecida entre Portugal e Espanha para suas possessões americanas, já havia sido rompido pelos bandeirantes, em suas correrias pelos sertões, tanto na direção oeste, como no rumo sul brasileira. Mas em um mapa de caráter

<sup>9</sup> No caso, era o ponto extremo ocidental daquela ilha, situada no arquipélago das Ilhas Canárias (as antigas Ilhas Afortunadas, origem das longitudes dos mapas de Ptolomeu), e que em 1634, através de um decreto de Luís XIII, foi estabelecido como o meridiano de origem para todas as cartas francesas (CINTRA, 2003: 4).





oficial, só poderia aparecer o território que por direito, cabia a Portugal, ou seja, a porção leste da América do Sul segmentada pelo círculo maior já citado, passando pouco a oeste de Belém do Pará<sup>10</sup> e terminando pouco após Laguna.

Os aspectos sertanistas, como notados por RENGER & MACHADO (2005), são bastante comuns neste mapa, com descrições de eventos como, saindo de São Paulo, o “caminho do Cap<sup>m</sup>. João Freire Farto [e] fez aqui canoas, comque desceo a o R. De S. Franc.<sup>o</sup>”; a anotação na altura de Ribeira do Iguape, “Serra do Cadeiado, q parecia ser um pedaço de ouro aqui achado”; nas cabeceiras do Rio Paracatu, “gentio derrotado e afugentado Ilhas debaixo an. 1683” e até quilombos, como nas alturas de São Cristovão, no atual Sergipe, “Mocambo da Encarnação”. Mas estariam no original do Padre Cocleo? Essa dúvida é reforçada ainda por uma anotação, a leste do alto curso do rio Itapicuru grande (hoje Rio Itapecuru, sul do Maranhão), “Na Pederneira deraó os Tapuias e mataraó 10 pessoas em Junho de 1704”, uma data posterior ao mapa que o Padre Cocleo elaborou, como já exposto antes.

Não há qualquer dúvida que este documento cartográfico é posterior ao jesuíta francês, que faleceu em 1710. RENGER & MACHADO (2005) atestaram que, no mapa, estão “assinadas Vila Rica e Vila do Rio dos Contos, criadas em 1711 e 1724, respectivamente, portanto impossível constarem do original”.

Em nossa opinião, o exemplar hoje sob guarda do Arquivo Histórico do Exército é um documento que, elaborado por autor(es) desconhecido(s) até hoje, a partir daquele produzido por Cocleo, selecionou e acrescentou informações, com uma finalidade diferente daquela do jesuíta, dando origem, segundo nossa visão, a um produto distinto. Pelas características e datas levantadas de produção, além do contexto histórico, ousamos afirmar que este mapa provavelmente foi confeccionado na década de 1720 em Lisboa, com vistas às futuras negociações territoriais e pode ter contribuído para a elaboração do “Mapa das Cortes” (1749).

Outro aspecto é que, ao se observar este mapa, em especial a disposição imagética de como foi cartografado o território da colônia portuguesa na América, somos remetidos ao mapa de Fernando Álvaro Seco, *Portugallia et Algarbia quæ olim Lusitania*, mais conhecido como “Portugal deitado”, pu-

---

<sup>10</sup>E não “da Ilha do Maranhão”, como equivocadamente registrou MORAES (2005).





blicado em 1630 pelos Irmãos Blauew em Amsterdã<sup>11</sup>. Parece-nos claro que foi este o modelo inspirador, pois, assim como Seco, Cocleo e o(s) autor(es) desconhecido(s), optaram por representar o território com sua maior dimensão no sentido horizontal, e não na vertical.

Por fim, o último documento que analisaremos traz informações que nos fazem referir o Padre Jacobo Cocleo como um padre pré-matemático.

#### **4 – *Nova Lusitania, uma síntese da América do Sul, por Antonio Pires da Silva Pontes Leme (1798)***

A inexistência de uma fronteira física que separasse as possessões portuguesas e espanholas na América levou ao enfrentamento em diversas ocasiões entre as colônias, notadamente na porção meridional. Essas questões seriam motivos de negociações que se arrastariam por mais de um século, terminando, no que tange às disputas entre aquelas coroas, apenas em 1801, com o Tratado de Badajoz, o quinto tratado assinado em que se tratava dos limites intercoloniais. Desses, o mais famoso e abrangente, foi o Tratado de Madrid, de 1750, que levou ao estabelecimento e atuação de comissões demarcadoras luso-espanholas, que tinham o encargo de implementar as decisões ali estabelecidas. Embora boa parte do trabalho tenha sido realizada, a obra de demarcação de limites só se completaria em princípios do século xx.

Foi na segunda metade do século xviii, em um período que prenunciava grandes mudanças no hemisfério ocidental, que surgiu Antônio Pires da Silva Pontes Leme, o autor do último documento cartográfico que analisamos. Seu pai, José da Silva Pontes, era o Capitão-Mor da Comarca de Mariana quando ele nasceu em 1750. Quase vinte anos depois, em 1769 segundo (ALMEIDA, 2007: 161-163), ou 1772, segundo PEREIRA & CRUZ (2006) seguiu para Coimbra, onde iniciou seus estudos da universidade ali localizada, onde se graduou em Matemática e Filosofia, e tornando-se doutor em Matemática em 1777 (SILVA, 1998: 12).

Segundo PEREIRA & CRUZ (2006), foi nomeado como matemático astrônomo da Terceira Partida da Demarcação de limites, seguiu para o

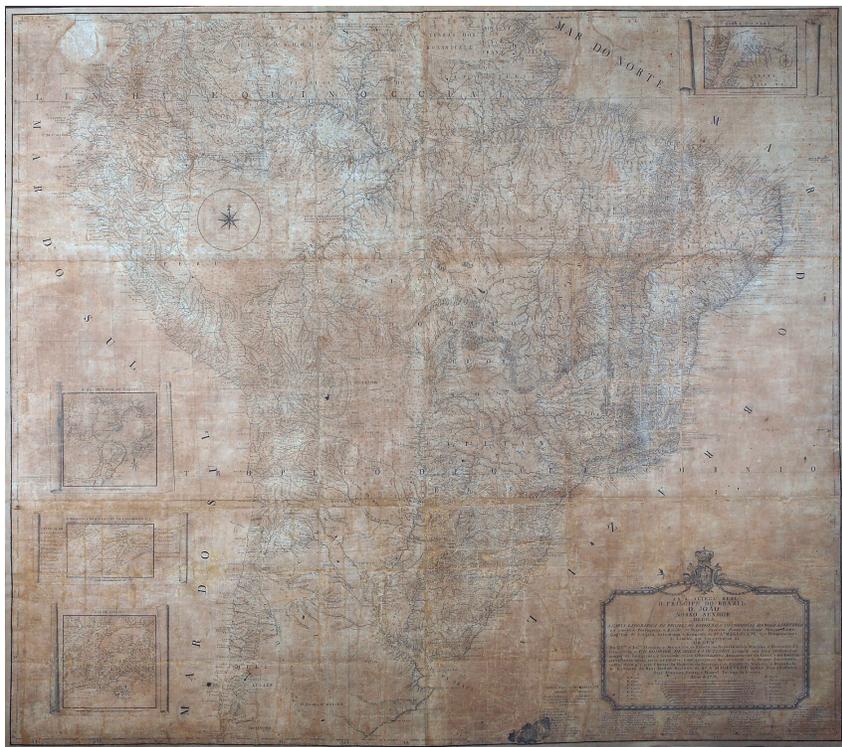
---

**11** A imagem do mesmo mapa, disponível para uso irrestrito, está disponível em [http://www.igeo.pt/servicos/CDI/museu/Exposicoes/Portugallia\\_Cartographica/PosterPortug.htm](http://www.igeo.pt/servicos/CDI/museu/Exposicoes/Portugallia_Cartographica/PosterPortug.htm)





Pará em 1780, iniciando atividades que demandariam dez anos, nos limites ocidentais da Amazônia e do Mato Grosso. Seu trabalho, tanto cartográfico e astronômico, como de naturalista, possibilitou seu ingresso como sócio na Academia Real de Ciências de Lisboa. No retorno a Portugal, foi nomeado, em 1791, professor da Academia Real dos Guardas-Marinhas. Em 1801, retornou ao Brasil para assumir o governo da Capitania do Espírito Santo, onde morreu em 1805, deixando, além do seu legado cartográfico, uma série de trabalhos relativos às viagens feitas durante sua atuação nas demarcações.



**Figura 3** – “Carta Geografica de Projecção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou america Portuguesa, e Estado do Brazil”, de Antonio Pires da Silva Pontes Leme, 1798, impresso e manuscrito, com legenda, 148 x 133 cm. AHEx

Devido à extrema raridade do exemplar examinado (Figura 3), como veremos adiante, nos determos com certo detalhe na transcrição de elementos que possui. Dedicado ao Príncipe do Brasil, D. João (o futuro D. João VI), a carta tem por título “*Carta Geografica de Projecção Espherica Orthogonal da Nova Lusi-*





*tania* ou america Portugueza, e Estado do Brazil”. Logo em seguida, o autor se apresenta, enunciando sua posição “Antonio Pires da Silva Pontes Leme, Capitão de Fragata, Astrônomo, e Geógrafo de SUA MAGESTADE nas Demarcações de Limites” indicando de quem recebeu a incumbência de fazer a carta, “em execução da ORDEM DO Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Ministro e Secretario da Repartição da Marinha, e Dominios Ultramarinos o S.<sup>r</sup> D. Rodrigo de Souza Coutinho”. A seguir, ele descreve como ela foi feita, indicando inclusive o local de confecção e os desenhistas. Pontes Leme graduara “nos seus verdadeiros pontos de Longitude e Latitude pelas Observações Astronomicas da Costa, e do Interior, recopiladas nesta tanto as proprias Configurações do Continente pelo mesmo Astronomo [i.e., Pontes Leme], como oitenta e seis Chartas do Depozito da Secretaria de Estado da Marinha, e Desenhada no Gabinete do Real Jardim Botânico de SUA MAGESTADE pellos Desenhadores Joze Joaquim Freire e Manoel Tavares da Fonceca. Anno de 1798”.

Suas dimensões são de 148 x 133 cm, contando com escala em léguas e graus, equivalente a aproximadamente 1:3.820.000. Ele representou, através de convenções, cidades, vilas, freguesias, “Lugares”, fortalezas, “Registo”, sítios, morros, divisões de capitanias, caminhos, cachoeiras, vulcões, minas de ouro, minas de ferro e sítios abandonados, evidenciando a grande quantidade de detalhes e informações que esta carta possui. Embora a citação de vulcões possa parecer equivocada, essa impressão desaparece quando verificamos que o território representado extrapolava os domínios portugueses, em uma mancha cartográfica que vai de 5° de latitude norte a 40° de latitude sul, e de 290° a 350° (O. do meridiano da Ilha do Ferro), compreendendo desde as proximidades de *Cali* (Colômbia) até *Valdivia* (Chile), na costa do Pacífico, e de *Cayenna* (Guiana Francesa) até a *Bahia Anegada*, ao sul de *Bahia Blanca* (Argentina) na costa atlântica<sup>12</sup>. Portanto, para confeccioná-la, Antonio Pires da Silva Pontes Leme, dentre as oitenta e seis cartas que utilizara, empregou também aquelas existentes sobre os territórios espanhóis que confrontavam a colônia portuguesa, proporcionando à Administração Real uma visão geo-

**12** Como a extremidade sul, a região da Patagônia, não tinha sido efetivamente explorada pelos espanhóis, era um “vazio” em termos geográficos, e por isso não foi cartografada. Complementando, somente na segunda metade do século XIX o Chile e a Argentina se interessaram pela área, o que resultou em uma corrida pela ocupação territorial e acirramento dos ânimos, quase resultando em uma guerra.





gráfica (e porque não geoestratégica), permitindo melhor aquilatar as questões que poderiam ali surgir.

Esta carta apresenta, ainda, na forma de janelas, quatro regiões do Brasil em detalhe, colocadas 3 sobre a área sul do Oceano Pacífico, pela ordem “BAHIA DE TODOS OS SANTOS”, “TOPOGRAFICA DO RIO GRANDE DE S. PEDRO DO SUL”<sup>13</sup> e “RIO DE JANEIRO”, e uma ao norte, sobre o Oceano Atlântico, “BARRA DO PARA”.

Expostas estas constatações, gostaríamos de fazer algumas observações. MARLENE (2007: 8-9) informou, ao discorrer sobre a Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, mais conhecida como Mapoteca do Itamaraty, que em seu acervo são conservadas “duas cópias manuscritas” da *Nova Lusitania*. E, mais adiante, rememorou tanto a atuação de Duarte da Ponte Ribeiro em Lisboa, resultando no Convênio Luso-Brasileiro de Cartografia, em 1867, como a doação feita ao Itamaraty por sua viúva, de seu arquivo particular em 1884. Uma dessas cópias, a realizada em 1865, “feita a partir de um original do Arquivo Militar do Ministério da Guerra do Reino de Portugal, que foi atestada em 23 de maio de 1866 pelo diretor do Arquivo Militar (...) e trazida para o Brasil pelo Barão Duarte da Ponte Ribeiro (Antônio Gilberto Costa, informação pessoal), foi reproduzido em COSTA (2007: 142), onde são visíveis, nas extremidades da direita, superior e inferior, os carimbos do então *Arquivo Militar* de Portugal.

A comparação entre o exemplar da Mapoteca do Itamaraty e o do Arquivo Histórico do Exército apresenta diversas diferenças muito claras, entre elas um retângulo vazio na porção noroeste do exemplar do Itamaraty, bem como a disposição distinta das janelas de regiões brasileiras acima referidas, além de ser inteiramente manuscrito.

Deste modo, em nossa opinião, o original do qual foram feitas as cópias que estão hoje no Itamaraty, é um esboço, uma versão preliminar e incompleta da *Nova Lusitania*, provavelmente representando uma etapa já adiantada, mas não final, do trabalho que veio a lume, parcialmente impresso, em 1798. Assim, parece-nos que o Arquivo Histórico do Exército está de posse do único exemplar existente da *Nova Lusitania* no Brasil, e, talvez, no mundo.

---

**13** Que, na realidade, mostra a desembocadura da Lagoa dos Patos, na altura das atuais cidades de Rio Grande e São José do Norte, no Rio Grande do Sul.





Por último, consultando a “TABOA DAS AUTHORIDADES QUE ABO-  
NAO ESTA CHARTA”, onde Pontes Leme listou uma série de personagens que  
contribuíram com observações astronômicas e trabalhos cartográficos para  
a confecção daquela carta, vemos, abrindo a lista, três padres, na seguinte  
ordem: “O P.<sup>e</sup> Codêo”, “O P.<sup>e</sup> Diogo Soares” e “O P.<sup>e</sup> Domingos Capassi”,  
todos acompanhados das letras “O.C.”, significando que eram astrônomos  
que observaram e configurarão, aqui no sentido de cartografar. Não temos  
qualquer dúvida em apontar o erro tipográfico no primeiro citado, que é o  
P.<sup>e</sup> Cocleo, e se Diogo Soares e Domingos Capassi já há muito são conheci-  
dos como “padres matemáticos”, julgamos de direito que Jacques Cocle, ou  
Jacobco Cocleo seja incluído nesse seletto grupo.

### 5 – Algumas conclusões

Como foi dito na apresentação, um documento cartográfico representa  
o momento de sua criação, o estado d’arte quando de sua confecção. Imper-  
feições, lacunas de informações ou avaliações imprecisas podem ser apontadas.

Mas o que ressalta é, mesmo com a ausência de dados, a busca pela  
construção da imagem do novo território. É o que vemos na concepção da  
equipe de Sebastian Münster, no século XVI, ao retratar o Novo Mundo,  
incluso o Brasil, como uma terra pouco conhecida, habitada por “canibais”.  
Como obra de divulgação, perdeu durante muito tempo, e noções tais  
como que as terras ignotas eram povoadas por seres fantásticos permaneceu,  
influenciando, inclusive, obras literárias.

O tempo passa e o mapa de parte do território da colônia portuguesa,  
produzido no primeiro quartel do século XVIII a partir de original do Padre  
Jacobco Cocleo, do qual se desconhece o paradeiro, já nos permite observar  
os cuidados com as latitudes e longitudes, bem como agregar informações  
de caráter sertanista, reunindo, de forma desigual, informações a respeito  
daquelas terras, fruto direto do processo de colonização que se concentrava  
na faixa litorânea, embora já existissem núcleos em regiões dos atuais estados  
de São Paulo e Minas Gerais. Como já expusemos anteriormente, em nossa  
opinião, este mapa não é uma cópia daquele de Cocleo, mas sim um produto  
cartográfico distinto.





Como um produto do Iluminismo, em uma visão científica, que já se mescla com os ventos das profundas mudanças histórico-políticas que se avizinhavam, a *Nova Lusitania*, trabalho do mineiro Antonio Pires da Silva Pontes Leme e seus dois desenhistas, que permite ao soberano português e sua administração visualizar, em dimensões matemáticas, a extensão das terras lusitanas na América do Sul.

Sua experiência na Terceira Partida, percorrendo o Brasil na porção centro-este, em conjunção com sua colocação na Academia, subordinado ao Ministro Souza Coutinho, fizeram dele o homem certo, no momento e no lugar certo para realizar aquela empresa. É uma obra de fôlego e que, pelo seu grau de detalhe e apuro, e até onde pudemos verificar, não foi superada até o século xx. Sendo este exemplar do AHEx impresso parcialmente, e com disposição de detalhes e informações distintas daquele depositado na Mapoteca do Itamaraty, nós o apontamos como “o” original final da obra síntese da cartografia dos setecentos.

Subsidiariamente, a análise de dois produtos cartográficos nos permitiu classificar o jesuíta francês como um “padre matemático” também, tanto em função dos seus trabalhos astronômicos, mas especialmente pela atuação na cartografia do final do século xvii e início do xviii.

Assim, o estudo destes três exemplares da Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército reforça a opinião corrente sobre a sua importância como depositário de documentos cartográficos importantes, ressaltando ainda que a análise de obras cartográficas pretéritas, sejam elas trabalhos de detalhe, sejam obras de síntese, muito tem a oferecer, tanto para que possamos compreender e aquilatar os trabalhos desenvolvidos por aqueles que nos antecederam, na tarefa de imagear o território brasileiro.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos: América lusa, séculos xvi a xviii*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 121-193.





- BURMEISTER, Karl Heinz. Sebastian Münster. In: BALZ, Horst Robert; KRAUSE, Gerhard; MÜLLER, Gerhard. (Org.). *Theologische Realenzyklopädie*, Berlin/New York, De Gruyter Verlag, v. 23, p. 407-410, 1993.
- CINTRA, Jorge Pimentel. A primeira planta topográfica da cidade de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 21., 2003, Belo Horizonte. *Anais do xxi Congresso Brasileiro de Cartografia*. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Cartografia, 2003. v. 1. p. 1-10.
- COSTA, Antônio Gilberto. *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.
- COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto. (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 83-223.
- LOPES, Marília dos Santos. Portugal. Uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII. *Mare Liberum* 1, p. 205-308, 1990.
- MARLENE, Maria. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores. In: COSTA, Antônio Gilberto. (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 8-10.
- MORAES, Fernanda Borges de. A Rede Urbana das Minas Gerais coloniais: uma reconstrução a partir da cartografia histórica. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1.. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero7/artigos/fernandamoraes.htm>>. Acesso em: (s/d).
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. A contribuição do Padre Antônio Vieira à história da astronomia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a. 160, n. 403, 1999. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e19.html>>. Acesso em: (s/d).
- OLIVEIRA, Daiane, *Ribeira do Amparo*, 2009. Disponível em: <<http://ribeiradoamparobahia.blogspot.com/2009/08/viva-ribeira-hoje-dia-14-de-agosto.html?showComment=1250395354974#c6718991981194837025>>. Acesso em: (s/d).





- PEREIRA, Magnus [Roberto de Mello]; CRUZ, Ana Lúcia [Rocha Barbalho da]; Antônio da Silva Pontes [Leme]. In: *A ilustração em Portugal e no Brasil: Cientistas e Viajantes*, 2006. Disponível em: <[http://www.cedope.ufpr.br/antonio\\_pontes.htm](http://www.cedope.ufpr.br/antonio_pontes.htm)>. Acesso em: (s/d).
- PRITCHETT, Frances D. *Cosmographia*, by Sebastian Munster, 1544 and later editions. 2009. Disponível em: <<http://www.columbia.edu/itc/mealac/pritchett/00generallinks/munster/munster.html#index>>. Acesso em: (s/d).
- RENGER, Friedrich Ewald; MACHADO, Maria Márcia Magela. Do descobrimento do ouro à criação das vilas na cartografia histórica da Capitania de Minas Gerais. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2005. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos/friedriche.htm>>. Acesso em: (s/d).
- SILVA, Clóvis Pereira da. *A Matemática no Brasil: Uma história de seu desenvolvimento*. Bogotá: Academia Colombiana de Ciências Exactas, Físicas y Naturales, 1998. (2ª ed.). Disponível em: <<http://www.accefyn.org.co/PubliAcad/Clovis/Clovispdf/2.pdf>>. Acesso em: (s/d).

